

# Vida Familiar dos Escravos em São Paulo no Século Dezoito: O Caso de Santana de Parnaíba

ALIDA C. METCALF

## Resumo

Discutem-se dois modelos de estratégias adotadas pelos escravos para sobreviverem à escravidão. Para Genovese, os escravos formavam parte da família patriarcal de seus senhores, dependendo da benevolência destes; para Gutman, a família escrava era uma instituição fundamental, e foram os laços entre escravos que deram a eles determinação para sobreviver. A análise da demografia escrava de Santana de Parnaíba, entre 1720/1820, indica que os dois modelos não são excludentes. No entanto, a família escrava deve ser vista também, como quer Higman, dentro do contexto econômico, já que a instabilidade da vida familiar dos cativos estava ligada às transformações na economia das fazendas.

## Abstract

In this paper, two models of slave survival strategies are studied. To Genovese, the slaves were parts of the patriarchal family of their Lords, depending on their will; to Gutman, the slave family was a fundamental institution and the relationship among slaves were important for their survival. The slave's demographic analysis in Santana de Parnaíba, between 1720/1820, indicates that the two models are not mutually exclusive. On the other hand, the slave family can also be seen, as pointed out by Higman, within the economic structure, since the instability of the slave family life was related to the farms economics changes.

Como os escravos sobreviveram à escravidão? Para compreendermos o significado e o legado da escravidão, temos que considerar de que maneira os escravos procuraram moldar suas próprias vidas e destinos. Apesar das esmagadoras exigências impostas pelos senhores – exigências não somente quanto ao trabalho, mas também de obediência e deferência – os escravos conseguiram preservar algo de sua própria cultura e história. Antropólogos e historiadores mostraram que religião, músi-

---

*A autora é professora do Depto. de História da Trinity University, Texas.*

Tradução de Laura Teixeira Motta, do original: "Slave Family Life in Eighteenth Century São Paulo: Evidence from Santana de Parnaíba."

ca, histórias, formas artísticas, comida e língua africanas não apenas sobreviveram no Novo Mundo, mas forneceram a base para uma cultura escrava que se tornou parte integrante de sociedades rurais na Américas (BASTIDE, 1978; BLASSINGAME, 1979; RABOTEAU, 1978; STEIN, 1961). Historiadores vêm crescentemente constatando, também, que a família escrava foi outra instituição que caracterizou a vida dos escravos. Nas grandes *plantations* e domicílios menores, os escravos formaram suas próprias famílias, as quais foram uma importante fonte de estabilidade para a vida dos cativos. Suas famílias, assim como sua religião, ajudam-nos a compreender as formas pelas quais os escravos criaram seu próprio mundo em uma sociedade escravista.

O estudo da família escrava enredou-se em um debate sobre o lugar dos escravos em tais sociedades. Para alguns historiadores, os cativos fizeram parte do mundo hierárquico e patriarcal de seus senhores e uma família escrava nunca se desenvolveu de *per si*. Nesta visão, os escravos estavam integrados às famílias de seus senhores. Para outros, eles constituíram uma cultura separada e independente e possuíam vida familiar autônoma. Esses dois pontos de vista emergem em dois conhecidos trabalhos sobre a escravidão nos Estados Unidos. Em *Roll Jordan Roll: The World the Slaves Made* (GENOVESE, 1974), Eugene Genovese descreve o sul dos Estados Unidos como uma sociedade de classes composta de senhores e escravos, abrandada pelo paternalismo. Senhores e escravos pertenciam a classes diferentes e, contudo, compartilhavam uma íntima existência cotidiana. Esse contato estreito alimentava um relacionamento paternalista entre senhores e escravos. Estes dependiam dos senhores para receber favores; em troca de obediência e serviços esperavam recompensas, tais como o reconhecimento de direitos usuais, que podiam assumir a forma de dias de folga ou permissão para cultivar pequenas roças. Na visão de Genovese, os escravos recorriam ao paternalismo de seus senhores, o qual mascarava a violência subjacente à escravidão. Esse paternalismo ajudava a aliviar o fardo da escravidão para senhores e escravos, e explica a relativa infrequência das rebeliões escravos no sul dos Estados Unidos.

Uma segunda visão sustenta que senhores e escravos viviam em dois mundos diferentes. Os senhores desenvolveram a cultura "principal", dominante, e os escravos, a cultura "étnica", subdominante. Em *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925* (GUTMAN, 1976), Herbert Gutman afirma que família, parentesco e compadrio criaram uma comunidade escrava que se estendeu por todo o sul dos Estados Unidos. Esse autor acredita que experiências comuns compartilhadas por toda a região moldaram a família escrava, a qual foi uma instituição estável, formadora da base da cultura escrava. Portanto, Genovese enfatiza a integração dos escravos à cultura dos brancos, enquanto Gutman insiste na separação e independência da cultura e vida familiar escrava.

Esses dois modelos de escravidão, um salientando o relacionamento vertical entre senhores e escravos e outro os laços horizontais entre estes últimos não precisam, contudo, ser mutuamente exclusivos. Os escravos viveram nos grandes domicílios hierarquizados de seus proprietários e desenvolveram laços complexos, ínti-

mos e interdependentes com os senhores. Entretanto, isso não impediu o desenvolvimento de famílias, amizades e de uma cultura escrava independentemente da classe senhorial. É necessário compreender a família escrava tanto no relacionamento com a família do senhor quanto em si mesma, porquanto os escravos não podiam negar as realidades da escravidão, nem os senhores podiam controlar completamente todos os aspectos da vida de seus escravos.

Da mesma forma que para as famílias de todas as culturas e períodos históricos, as realidades econômicas e demográficas determinaram os contornos da vida familiar dos cativos. Barry Higman, historiador da família escrava no Caribe, aponta os fatores predominantes que estruturaram a vida familiar escrava. A seu ver, existe uma relação evidente entre a família escrava e os fatores econômicos e demográficos externos. Comparando uma área açucareira madura, como a ilha de Barbados no Caribe, com uma região açucareira em desenvolvimento, como Trinidad, Higman descobriu padrões marcadamente diferentes na vida familiar escrava. Em Barbados, 80% dos escravos possuíam parentes na propriedade onde viviam, contrastando com somente 53% dos escravos em Trinidad nas mesmas condições. Higman atribui tal diferença aos efeitos do tráfico de escravos e dos estágios de desenvolvimento econômico sobre a família escrava. Em Trinidad, área açucareira em desenvolvimento, as propriedades ainda eram pequenas, os escravos do sexo masculino eram em número superior e havia mais escravos africanos que crioulos. Nesse contexto, a vida familiar escrava era altamente instável. Em Barbados, por sua vez, ao entrar a economia açucareira em sua fase madura, os escravos crioulos superavam em número os africanos, as proporções entre os sexos na população escrava eram mais equilibradas e a maioria dos escravos vivia em unidades familiares e possuía extensos laços de família com outros cativos. Portanto, Higman sugere que existe uma relação direta entre níveis de desenvolvimento econômico e estabilidade da família escrava (HIGMAN, 1976).

Como os escravos não podiam formar famílias auto-suficientes e independentes e eram obrigados a constituir-las dentro ou nas proximidades do domicílio de seu senhor, suas famílias eram grandemente afetadas pelos acontecimentos na vida deste. A riqueza e o ciclo de vida dos proprietários, especialmente, influenciavam a formação e duração das famílias escravas. Assim, o ciclo familiar dos cativos (ou como as famílias escravas se desenvolviam e mudavam durante a vida de um indivíduo) dependia das características dos senhores – do seu grau de riqueza e de como suas famílias se modificavam ao longo do tempo. Dados sobre o Brasil, Estados Unidos e Caribe, por exemplo, indicam que os escravos de grandes *plantations*, i.e., pertencentes aos proprietários mais ricos, tiveram as famílias mais estáveis. Em grandes propriedades, como as fazendas Santa Cruz, no Brasil, e Good Hope, na Carolina do Sul, ou nas grandes plantações em Barbados, os escravos viveram em famílias nucleares e mantiveram extensos laços familiares com cativos de outras propriedades. Na fazenda Santa Cruz, originalmente uma propriedade jesuíta com 1.300 escravos, por exemplo, Richard Graham constatou que 55% das unidades familiares escravas eram famílias nucleares e que outras 30% eram famílias compostas por um dos pais

junto a seus filhos (GRAHAM, 1976). A fazenda Good Hope, na Carolina do Sul, possuía 175 escravos em 1857 e, segundo Gutman, quase todos os cativos eram parentes consangüíneos e tinham casamentos duradouros e estáveis (GUTMAN, 1976; WETHERELL, 1981). Tais estudos concluem que muitas generalizações aceitas sobre a instabilidade da vida familiar dos escravos não são verdadeiras, pois em grandes *plantations* os escravos viveram em famílias nucleares estáveis que perduraram ao longo do tempo.

Os escravos dessas *plantations* usufruíram de fortes laços familiares porque a estabilidade econômica das propriedades propiciou-lhes tempo e espaço para desenvolver suas próprias famílias. Entretanto, em propriedades menores ou em área de instabilidade econômica, as famílias escravas não puderam ser tão permanentes. Para estes cativos, o ciclo de vida de seus senhores teve influência bastante direta sobre a formação e estabilidade de suas próprias famílias. Acontecimentos na vida dos senhores, tais como casamento e morte, afetaram os escravos, pois essas eram épocas de grande probabilidade de serem comprados e vendidos e, conseqüentemente, suas famílias separadas. Na pequena *plantation* Cohoon Cedar Vale, na Virgínia, estudada por Gutman, por exemplo, os escravos viveram em unidades familiares menos estáveis porque acontecimentos durante o ciclo de vida de seu proprietário provocaram mudanças fundamentais nas famílias escravas. Escreveu Gutman que os cativos passaram por um "*ciclo de destruição, construção e dispersão da família que durou mais de meio século*", citado pelas condições econômicas variáveis de seu proprietário, John Cohoon (GUTMAN, 1976, p. 129).

Gutman elabora um modelo das mudanças no ciclo familiar dos senhores que afetaram diretamente a vida familiar dos escravos (ver quadro 1). Tal modelo sugere a forma pela qual o ciclo familiar dos senhores afetou a vida familiar dos escravos em pequenas *plantations*. O modelo supõe que, na juventude, ao casarem e herdarem capital, os homens estabeleciam suas próprias fazendas, as quais prosperavam (excetuando-se a má administração ou circunstâncias imprevistas) durante a idade adulta, mas eram divididas, vendidas ou reorganizadas após sua morte. Isso significa que na juventude do proprietário as famílias escravas eram destruídas quando da arregimentação da sua força de trabalho; à medida que avançava em idade, elas se reconstruíam e gozavam de um período de estabilidade. Com sua morte, entretanto, a família escrava era novamente dispersada e os escravos vendidos para saldar dívidas ou herdados pelos seus sucessores.

As famílias escravas, portanto, formavam-se, desenvolviam-se e separavam-se segundo ritmos que os escravos raramente controlavam. Eventos externos, como o tráfico de escravos, os níveis de desenvolvimento econômico e acontecimentos na vida dos senhores tinham um impacto direto sobre a estrutura daquelas famílias. Ao estudar a vida familiar dos escravos é importante ter em mente o espaço que eles tinham para formar suas próprias famílias. Em algumas áreas, escravos de famílias ricas ou propriedades religiosas podiam e de fato desenvolveram famílias sólidas e estáveis que perduraram por longo tempo. Entretanto, cativos em outras áreas ou que pertenciam a senhores mais pobres não puderam fazer o mesmo. Assim, con-

## QUADRO 1

## MODELO DO CICLO DA FAMÍLIA ESCRAVA, DE GUTMAN

Família	Idade do Proprietário		
	jovem	meia-idade	ao falecer
Família Escrava	Destruída	Reconstruída	Dispersada
Estabilidade da Família	Baixa	Alta	Baixa

Fonte: GUTMAN (1976, p. 138).

quanto as famílias escravas fossem uma fonte de estabilidade no interior da cultura escrava, elas não eram entidades independentes, mas freqüentemente condicionadas por eventos que estavam além do controle dos cativos.

Em Santana de Parnaíba, vila rural de São Paulo colonial, é possível reconstituir alguns aspectos da vida familiar dos escravos no século dezoito e ponderar sobre a validade desses modelos de vida familiar escrava para uma população cativa no Brasil. As famílias escravas naquela comunidade formaram-se em um complexo e confuso mundo de obediência e resistência, violência e paternalismo. Como sugere Gutman, as famílias escravas proporcionaram aos cativos uma importante rede de apoio no interior do sistema escravista, que lhes permitiu estabelecer um reduzido controle sobre suas vidas. Contudo, as realidades econômicas e demográficas da escravidão estruturaram muitos aspectos da vida familiar escrava. Os cativos não podiam sempre controlar sua vida familiar, manter juntas suas famílias ou prover o sustento de seus filhos visto que, como escravos, negava-se-lhes o direito de estabelecer domicílios auto-suficientes e independentes. Não obstante, eles utilizaram suas famílias para tentar melhorar a vida no cativeiro.

Entretanto, como salienta corretamente Genovese, os escravos também viviam nos grandes domicílios de seus senhores, onde o chefe governava sua família e as dos escravos. Como viviam no interior daqueles domicílios hierarquizados, distantes de outros cativos, os escravos compartilhavam uma íntima existência diária com seus senhores. Laços pessoais formavam-se entre os membros desses domicílios, os quais eram usados para obter favores dos senhores, tais como cartas de alforria ou permissão para casar. Assim, enquanto os escravos procuravam os de sua condição em busca de afeição, apoio e recursos, estavam também estreitamente ligados a seus senhores e esses vínculos podiam ser usados para melhorar sua vida cotidiana.

A escravidão arraigou-se profundamente na história de São Paulo, muito embora a economia de agricultura comercial, baseada na produção de açúcar, só aparecesse na região na segunda metade do século dezoito. A escravização de índios foi essencial ao desenvolvimento econômico inicial de São Paulo e persistiu, sob formas ilegais, século dezoito adentro (MONTEIRO, 1985; PETRONE, 1964). A transição do

## FAMÍLIA ESCRAVA EM SANTANA DE PARNAÍBA

trabalho indígena para o escravo em São Paulo aconteceu gradualmente durante a primeira metade do século dezoito. Essa transição pode ser observada em Santana de Parnaíba na década de 1720. Um registro paroquial de óbitos da paróquia de Araçariguama fornece um esboço aproximado da estrutura social paulista no início do século dezoito. Os índios, conhecidos como "administrados", constituíam o grosso da força de trabalho; perfizeram 46% de todos os que foram enterrados na paróquia durante a década de 1720. Administrados eram servos índios, que não eram legalmente escravos mas tinham por obrigação servir a seus senhores (PETRONE, 1964). Vinte por cento dos mortos eram escravos africanos. Sessenta e seis por cento dos que morreram na paróquia tinham sido índios administrados ou escravos africanos durante suas vidas (ver tabela 1).

Uma grande proporção da população na década de 1720 viveu na condição de administrados ou escravos. Eles pertenceram a 43 senhores diferentes, alguns dos quais possuíam domicílios bastante grandes. Bartolomeu Bueno da Silva, por exemplo, enterrou 9 índios administrados naquela década; Fernão Bicudo de Andrade enterrou 6 escravos e 2 índios administrados. Esses domicílios, com seu grande número de escravos e índios, formaram a base da economia agrícola de Parnaíba. Havia domicílios menores, tais como o de Domingos Lopes, que enterrou apenas um escravo em dez anos ou o de Izabel Lara, que enterrou um índio. Dos 43 senhores, 14 (33%) possuíam índios e escravos.

TABELA 1

### ÓBITOS SEGUNDO GRUPOS SOCIAIS PARÓQUIA DE ARAÇARIGUAMA, 1720-1731

Grupos	Números Absolutos	Porcentagem
Administrados	87	46,0
Escravos	38	20,0
Livres	64	34,0
Total de Óbitos	189	100,0

Fonte: Livro Parochial de Araçariguama, Livros de Parnaíba, Arquivo do Estado de São Paulo. 6069-21-104.

Cinquenta anos mais tarde a transição do trabalho índio para o escravo estava completa. Escravos africanos perfaziam um quarto da população de Santana de Parnaíba em 1775. Os relacionados como "índios" eram considerados pessoas livres e viviam separados da população proprietária de escravos, na aldeia indígena de Baureri. Contudo, alguns descendentes dos antigos administrados continuavam a viver nas grandes propriedades religiosas e eram conhecidos como agregados.

No terceiro quartel do século dezoito a economia de São Paulo, antes voltada para a mineração, comércio e produção de açúcar com destino às regiões mineratórias, transformou-se em uma economia baseada quase completamente na cana-de-açúcar (PETRONE, 1968). Entre 1775 e 1820 a economia açucareira difundiu-se rapidamente por Santana de Parnaíba. Mas, logo no início do século dezenove, a quantidade de açúcar produzida em Parnaíba começou a declinar, à medida que filhos dos senhores de engenho estabelecidos mudaram-se em direção ao oeste. A economia açucareira foi, portanto, de curta duração em Parnaíba e não forneceu a base para uma prosperidade duradoura, o que teria tido um efeito importante na vida dos escravos.

A produção de açúcar em São Paulo, ao contrário da do Nordeste, era em pequena escala. Em Parnaíba, a maioria dos escravos vivia em propriedades de tamanho médio, com cerca de 10 a 50 cativos. Muitos escravos pertenciam a proprietários menores, os lavradores, que produziam pequenas quantidades de açúcar e alimentos como milho, feijão, arroz, mandioca e criavam gado. Havia poucos escravos vivendo em grandes fazendas com mais de 50 cativos (ver tabela 2).

O caráter da economia açucareira em Parnaíba afetava a vida familiar dos escravos. A produção do açúcar era em pequena escala, utilizava métodos tradicionais e movia-se rapidamente de um distrito para outro. Açúcar e aguardente eram produzidos com pequena força de trabalho escrava e muitos produtores possuíam suas próprias moendas e alambiques. Havia poucas propriedades de grande porte em Parnaíba no século dezoito<sup>(1)</sup>. Devido a essas características da produção açucareira, a maioria dos escravos não pôde formar famílias duradouras e estáveis como as observadas por Graham na fazenda jesuíta Santa Cruz. Na verdade, a vida familiar escrava foi profundamente afetada pelo ciclo de vida dos senhores, como sugere Gutman. As famílias escravas foram estáveis durante a vida dos senhores, mas não puderam reter sempre essa estabilidade de uma geração para outra.

Uma das poucas propriedades de grande porte em Parnaíba no século dezoito era a fazenda jesuíta em Araçariguama (anteriormente de propriedade de Guilherme Pompeo de Almeida). Durante a primeira metade daquele século, os escravos dessa propriedade inegavelmente viveram em famílias estáveis e formaram amplas redes de parentesco. Como raramente eram vendidos, seus laços familiares eram sem dúvida extensos.

Organizada para produzir milho, feijão, trigo, amendoim, algodão, mandioca, mel, vinho, aguardente e arroz para o Colégio Jesuíta em São Paulo, a propriedade permaneceu em mãos dos jesuítas até 1759. Naquele ano a fazenda possuía 120 escravos africanos e 101 índios administrados. Após a expulsão dos jesuítas, contudo, a propriedade começou a decair. O declínio econômico da fazenda afetou dramati-

---

(1) As melhores fontes de informação sobre a economia açucareira no século dezoito em São Paulo são os inventários de propriedades, testamentos de pessoas ricas e os mapas de população de 1776 a 1798. Ver inventários do Primeiro Ofício e Inventários e Testamentos, e Mapas de População, Arquivo do Estado de São Paulo.

TABELA 2

NÚMERO DE ESCRAVOS POSSUÍDOS EM PARNAÍBA, 1775-1820

Categorias de Proprietários	1775		1798		1820	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pequenos proprietários (1-9 escravos)	487	42,0	814	48,0	891	47,0
Médios Proprietários (10-49 escravos)	544	47,0	823	49,0	778	41,0
Grandes Proprietários (50 + escravos)	135	11,0	51	3,0	219	12,0
Total de escravos	1166	100,0	1688	100,0	1899	100,0

Fonte: Mapas de População, Parnaíba, 1775, 1798, 1820. Arquivo do Estado de São Paulo.

camente a vida dos escravos africanos. Muitos preferiram abandonar a propriedade a permanecer na confusão que se seguiu. De 1759 a 1769 o número de escravos na fazenda diminuiu de 120 para 93. Somente em 1779 vinte escravos fugiram. Quando a Coroa começou a arrendar a fazenda a indivíduos ricos em Parnaíba, o declínio continuou. A câmara de Parnaíba escreveu em 1801 que durante os nove anos em que Policarpo Joaquim de Oliveira arrendara a fazenda, tanto dela usara e abusara para seu lucro pessoal que seu valor caíra para um terço com relação a 1760, ao partirem os jesuítas. Em 1815 um inventário da propriedade revelou a extensão de sua decadência. Consistia de uma capela, uma vasta casa em ruínas, uma casa menor também avariada, vinte senzalas em más condições, as terras e somente trinta e cinco escravos, três dos quais haviam fugido. Claramente, as condições da fazenda Araçariguama haviam deteriorado a tal ponto que, desconsiderando os laços familiares que poderiam ter existido na propriedade, os escravos preferiram fugir e romper tais laços a permanecer. Assim, naquela fazenda, uma das poucas onde poderia ter sido possível aos escravos construir laços familiares, não se formaram famílias estáveis<sup>(2)</sup>.

Entre os maiores proprietários de escravos em Parnaíba, famílias escravas formaram-se e perduraram durante o período de vida de seus senhores. Casamentos de

(2) Ver o relatório de Manuel da Costa Couto, notário do seqüestro de propriedades jesuítas, *in*: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo. **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**. São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1895, vol. XLIV, p. 339-378; Governador-Geral de São Paulo a Antonio Portazio, Capitão-do-Mato, 1779, **Documentos Interessantes**, LXXXIV, p. 151-153; Câmara de Parnaíba à Coroa, 1815. Arquivo Histórico Ultramarino, São Paulo, 3865; Inventário da fazenda Araçariguama, 1815, Arquivo Nacional, códice 481, f. 203-221.

escravos são fonte importante de informação acerca da constituição dessas famílias. Realizados pelo pároco e registrados nos livros paroquiais de matrimônios, estes mostram que celebraram-se 504 casamentos entre escravos em Santana de Parnaíba de 1720 a 1820. Portanto, pelo menos 500 famílias escravas formaram-se nesse período de cem anos na localidade em foco. Sem dúvida, outros escravos constituíram famílias informalmente e, portanto, não apareceram nos registros paroquiais de matrimônios. Não obstante, as uniões registradas permitem vislumbrar a vida familiar dos escravos<sup>(3)</sup>.

Nas grandes propriedades os cativos encontravam-se em melhores condições para formar famílias estáveis. Na de Antonio Francisco de Andrade, que possuía 91 escravos por ocasião de sua morte em 1780, por exemplo, o registro paroquial mostra que ocorreram 17 casamentos entre seus escravos, de 1761 a 1795. Portanto, 34 cativos de sua propriedade casaram-se e constituíram família em sua fazenda. Similamente, o pároco celebrou 11 casamentos entre os escravos de Baltazar Rodrigues Fam, 11 entre os de João Gonsalves Seixas, 13 entre os de Manuel Fernandes Soutto e 8 entre os de Manuel Rodrigues Fam.

Vinte por cento dos casamentos envolvendo escravos no período de 1720 a 1820 ocorreram entre escravos e pessoas livres. Estes casamentos também proporcionaram aos escravos uma base para uma vida familiar estável. No registro matrimonial é comum encontrar-se uma declaração feita pelo cônjuge livre de que ele ou ela acompanharia o cônjuge cativo. Em geral isso significava que o cônjuge livre viveria na mesma propriedade que o escravo, tornando-se de fato um agregado do proprietário. Por exemplo, entre os escravos de Antonio Manuel Rodrigues, um cativo de trinta e quatro anos de nome Romualdo casou-se com Gertrudes, negra livre. Ela morou na propriedade com o marido e foi relacionada nos censos populacionais como agregada. Gertrudes criou os dois filhos do casal, ambos negros livres, também mencionados como agregados<sup>(4)</sup>.

As famílias formadas por casamentos entre escravos do mesmo proprietário ou entre escravos e pessoas livres que viviam juntos na mesma propriedade constituíam-se em famílias nucleares estáveis, semelhantes às observadas por Graham na fazenda Santa Cruz, por Gutman em Good Hope ou por Higman em Barbados. Entretanto, essas famílias nem sempre puderam permanecer unidas após a morte do proprietário. O processo da herança ameaçava separar as famílias escravas, uma vez que os cativos eram vendidos ou herdados. Esse processo reforçava a ligação dos escravos aos senhores, dado que suas famílias eram fragmentadas e divididas entre os herdeiros. Dessa forma divididas, as famílias escravas tinham que contar com a boa vontade de seus novos senhores para permitir-lhes manter contato uns com os outros. E o contato dos parentes escravos só poderia continuar dependendo do contato que os herdeiros da mesma família mantivessem entre si. Isso aplicou-se espe-

---

(3) Os registros matrimoniais para Santana de Parnaíba são encontrados no Arquivo da Cúria Diocesana de Jundiá, vols. XXXVIII-XLII.

(4) Fogo nº 3, Terceira Companhia, 1798, Mapas de População, Parnaíba, AESP, 127-127.

cialmente quando os filhos de senhores de engenho mudaram-se de Parnaíba e estabeleceram-se na fronteira em desenvolvimento, levando consigo seus escravos. Portanto, o processo da herança reforçava a probabilidade de que as famílias escravas podiam ser estáveis durante a vida de seus senhores. Após sua morte, contudo, escravos que haviam constituído família eram divididos entre os herdeiros e suas famílias separadas.

Entre proprietários menores as famílias escravas eram ainda menos estáveis. A grande maioria dos casamentos de escravos relacionados no registro paroquial tendia a ser entre escravos do mesmo proprietário; assim, os senhores com poucos escravos inadvertidamente desencorajavam a formação de famílias escravas. Entretanto, os cativos podiam contrair matrimônio com os de outros proprietários, e realmente o fizeram. Treze por cento (64 sobre 500) dos casamentos de escravos estavam nessa condição. Por exemplo, Manuel, um escravo de José Rodrigues Fam (o qual possuía 7 escravos) casou-se com Maria, escrava de Domingos da Rocha do Canto (que possuía 5 escravos). Quando dois cativos de senhores diferentes se casavam, não era provável que a família vivesse junta em um dos domicílios. Neste caso, ambos os senhores viviam na mesma paróquia e suas propriedades podiam não ser distantes uma da outra. Quando e como os escravos se encontrariam, contudo, dependia dos senhores.

A estrutura econômica da escravidão em Parnaíba e a instabilidade da vida familiar dos escravos de pequenos proprietários encorajaram a formação de famílias escravas matrifocais. Tais famílias formaram-se como parte do ciclo familiar dos escravos, surgindo em épocas de mudança econômica na vida dos proprietários – quando escravos eram vendidos – ou após herança – quando famílias eram separadas. Em tais épocas, o laço familiar mais provável de ser reconhecido e mantido pelos senhores era o entre mães e filhos. Por razões bastante práticas conservavam-se frequentemente as mães junto com seus filhos, especialmente os pequenos, para que elas pudessem continuar a criá-los. O vínculo entre mãe e filhos foi, de certa forma, o menor denominador comum da família escrava, e aquele com maior probabilidade de sobreviver aos deslocamentos durante o ciclo familiar escravo causados por herança ou mudanças econômicas na vida do proprietário.

Outras famílias matrifocais eram compostas por mães escravas e filhos de pais diferentes ou não reconhecidos. Nos livros paroquiais era comum o padre registrar informações que revelavam que muitos filhos possuíam “pai incógnito”. Um casamento comum entre escravos, por exemplo, foi o de João de Guiné e Francisca, mulata filha de pai incógnito e da escrava Antonia, o qual se realizou em 11 de novembro de 1758.

Fatores econômicos e demográficos estruturaram a vida familiar dos escravos. Mas como os próprios cativos tentaram influenciar essa vida familiar? Tal questão é de difícil resposta para o historiador, uma vez que os escravos deixaram poucos documentos escritos. Não obstante, é possível ver de que forma eles foram capazes de influenciar em certo grau suas próprias vidas. Os escravos trabalharam para preservar

seus laços familiares. Algumas vezes recorreram ao paternalismo dos senhores e outras, procuraram reforçar seus laços com outros cativos e negros livres.

Os escravos viveram em um mundo patriarcal e hierárquico e suas estratégias para nele sobreviver refletiram a consciência do lugar confuso que ocupavam. Por um lado, viviam próximos à família do proprietário e não podiam evitar possuírem laços estreitos com ela; por outro, os escravos sempre constituíram um grupo à parte. Os laços entre escravos e senhores podiam atuar em favor dos primeiros quando os senhores os autorizavam a se casar, encontrar-se com parentes em outras propriedades ou comprar sua própria liberdade ou a de outros cativos. Não há dúvida de que os escravos podiam beneficiar-se imensamente da boa vontade dos senhores. Por ocasião da herança, por exemplo, se os senhores desejassem, os escravos podiam comprar a liberdade. Como a época da herança era crítica para a sobrevivência da família escrava, a boa vontade dos herdeiros então poderia causar um enorme impacto sobre o futuro dos laços familiares. João e Liberata, escravos de João Gonsalves Seixas, casados em 1763, por exemplo, compraram sua liberdade trinta anos depois, ao morrer seu senhor. Pagaram 57\$600, seu valor no inventário, ao genro do falecido<sup>(5)</sup>. Similarmente, outro casal escravo, Sipriano e Mariana, após a morte de seu senhor, negociaram com o filho deste, José Francisco Vieira; este declarou ao tabelião ser desejo de seus pais libertar o casal de escravos se o processo de liquidação da propriedade assim o permitisse. Já que os pais possuíam muitas dívidas a resgatar e Sipriano e Mariana representavam patrimônio importante, José Francisco e o casal de cativos concordaram que estes trabalhariam para o primeiro por seis meses, após o que seriam libertados<sup>(6)</sup>. Estes e outros exemplos de libertações de escravos demonstram que os cativos podiam e de fato obtiveram muitos benefícios de seus senhores. Tais benefícios podiam não melhorar a vida de todos os escravos, mas permitiram a alguns obter a liberdade e manter laços familiares.

De forma semelhante, as escravas que tinham filhos de homens diversos fora do casamento podiam também usar suas ligações com aqueles homens para persuadi-los a libertar os filhos. Manuel Fernandes Ramos possuía uma escrava de nome Quitéria que vivia com seus filhos na propriedade. Ele informou ao notário que Quitéria dera-lhe 89\$600 réis por sua própria liberdade e mais tarde pagou 128\$000 pela da filha Ana. No batizado de seu filho Francisco, o pai pagou pela liberdade do menino. Os pais de outros dois filhos de Quitéria, Maria e Manuel, também pagaram por sua liberdade enquanto ainda bem pequenos. Mais tarde Manuel recebeu 64\$000 por outra das filhas de Quitéria, Rita. Assim, ao longo de vários anos, Quitéria conseguiu libertar-se e a cinco de seus filhos. Para fazê-lo, apelou aos pais das crianças, todos homens livres, os quais pagaram ao proprietário para que os libertasse<sup>(7)</sup>.

(5) Carta de Alforria, 1763, Livros de Parnaíba, vol. 57:8, AESP, 6061-13.

(6) Carta de Alforria, 1788, Livros de Parnaíba, vol. 56: 13-14, AESP 6061-13.

(7) Carta de Alforria, 1800, Livros de Parnaíba, vol. 85, AESP 6065-17; ver também fogo nº 30, Sexta Companhia, 1798, Mapas de População, Parnaíba, AESP, 127-127.

Ao utilizarem os laços com seus senhores e com brancos em vantagem própria, os escravos reforçavam o paternalismo da sociedade escravista. Porém, depender do paternalismo como forma de sobreviver aos rigores da escravidão tinha limitações fundamentais. Os escravos apenas podiam receber o que os senhores haviam por bem conceder. Estes podiam facilmente permitir ou não que os escravos se casassem; a ceder ou não em que comprassem a liberdade de filhos pequenos. Assim, se os laços com os senhores freqüentemente traziam vantagens a alguns escravos, eram esses mesmos laços que mantinham sua subordinação aos senhores. Os laços que se desenvolviam entre escravos e entre estes e negros livres, por outro lado, serviam para criar uma rede de parentesco mais ampla e um senso de cultura comum e independente da cultura branca dominante. Esses laços eram visíveis em famílias, instituições e redes de parentesco escravas. Em ocasiões familiares, como nos casamentos, os laços entre escravos de senhores diferentes às vezes emergiam. Não era incomum, por exemplo, que escravos servissem de testemunhas em casamentos. Assim, no casamento de Domingos e Maria, ambos escravos de Izabel Cardozo, um negro livre e três cativos de diferentes proprietários serviram de testemunha. Similarmente, no casamento de José e Gertrudes, três escravos, também de diferentes proprietários, e um servo índio testemunharam o evento. Tais referências sugerem que os escravos em Parnaíba tinham amplos contatos com outros escravos e com negros livres e índios. Sugerem, também, que os escravos não apenas se conheciam mas também mantinham relações sociais. Ademais, eles também conheciam e tinham ligações com membros da população livre.

Um recurso importante para os escravos eram os laços que formavam com a população livre pobre, especialmente negros livres. A extensão desses laços é visível no número de casamentos entre escravos e pessoas livres que se realizaram em Santana de Parnaíba (20%). Os casamentos entre escravos e livres eram especialmente significativos porque expandiam o número de negros livres na população e criavam laços de parentesco entre escravos e negros livres. Tais casamentos gradualmente aumentaram a população negra livre, já que no casamento entre escravos e mulheres livres todos os filhos nasciam livres. Ademais, mesmo os casamentos entre escravas e homens livres podia resultar na libertação dos filhos, visto que estes nasceriam escravos mas o pai poderia libertá-los. Crianças pequenas, que representavam pouco valor imediato para os senhores, podiam ser compradas por pequenas quantias. Catherina Moreira, por exemplo, declarou ao tabelião que Antonio da Silva, negro livre casado com sua escrava Domingas, pagara-lhe 38\$400 réis por Juliana, filha de três anos do casal. Catherina declarou que a partir de então Juliana era livre para sempre, sem nenhuma obrigação para com terceiros<sup>(8)</sup>.

Os laços de parentesco entre escravos e negros livres alargavam os horizontes dos cativos. Os que possuíam parentes livres reduziam sua dependência com relação ao senhor, tanto psicológica quanto fisicamente. Seus parentes livres representavam mobilidade social e familiaridade com uma sociedade mais ampla. Especial-

(8) Carta de Alforria, 1780, Livros de Parnaíba, vol. 81, AESP 6064-16.

mente na época em que a economia açucareira deslocou-se para fora de Santana de Parnaíba, as condições dos negros livres melhoraram ao mudarem-se para as terras deixadas para trás. Os escravos que conseguiram obter a liberdade de alguns membros da família propiciaram aos descendentes tornarem-se trabalhadores ou pequenos produtores rurais. O crescimento do número de negros livres nessas condições pode ser visto nos censos de Parnaíba no século dezanove. Em 1775, apenas 19% dos chefes de domicílio da população livre eram classificados como índios, negros ou de descendência mestiça (mulato ou pardo). Em 1798 o número desses domicílios elevou-se a um terço, e por volta de 1820 à metade. Embora designações raciais sejam, naturalmente, subjetivas, os dados indicam que a população livre incluía de modo crescente os descendentes de escravos, tanto índios quanto africanos<sup>(9)</sup>.

O sentimento de uma comunidade escrava entre cativos e negros livres é visível também nas instituições escravas que gradualmente se formaram em Parnaíba. Em 1778, escravos requereram o estabelecimento de uma irmandade para escravos e negros livres, Nossa Senhora de Boa Morte e Assumpção. A irmandade representava uma instituição que reconhecia a cultura comum dos escravos e negros livres e a consciência da sua separação dos brancos<sup>(1)</sup>.

Gutman e Genovese, citados anteriormente, referem-se às estratégias em que os escravos se apoiavam para sobreviver aos rigores da escravidão. Na visão de Genovese, os escravos formavam parte da família patriarcal de seus senhores e, portanto, usavam sua posição dentro da família para apelar à benevolência destes. Gutman, por outro lado, vê a família escrava como a instituição fundamental para os cativos. Afirma que suas estratégias centravam-se nos laços que possuíam com outros escravos, os de suas próprias famílias e os da comunidade maior. Os laços com outros escravos, e não com os senhores, afirma Gutman, deram aos escravos a determinação para sobreviver.

Outros estudos sobre a família escrava, principalmente os de Barry Higman, demonstram claramente, contudo, que a família escrava foi condicionada, em alto grau, por variáveis econômicas e demográficas externas. A família escrava assumiu formas diversas, dependendo do ciclo de desenvolvimento econômico e do grau e frequência do tráfico de escravos africanos.

Os dados de Santana de Parnaíba sugerem que os modelos de Gutman e Genovese sobre o lugar da família escrava numa sociedade escravista não são mutuamente exclusivos. Os escravos viveram em dois mundos: o de seus senhores e o seu próprio. Viveram nos domicílios hierarquizados e patriarcais dos senhores; isso limitava seus laços com outros escravos, mas dava-lhes acesso a poderosos patronos dos quais poderiam receber favores e benevolência paternalista. Todavia, os escravos também viveram em suas próprias famílias "escravas", as quais não eram

---

(9) Mapas de População, 1775, 1798 e 1820, AESP.

(10) Ver a petição de negros livres e escravos para fundar a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção, vol. DXXX, ff. 3; 11; 13, Arquivo da Cúria Diocesana de Jundiá.

completamente independentes mas forneciam uma importante instituição central para a vida dos cativos, que era complementada por redes de parentesco mais amplas e por instituições escravas como as irmandades.

Os dados de Santana de Parnaíba também sugerem que, como mostrou Higman para o caso do Caribe, a família escrava deve ser vista dentro do contexto de desenvolvimento econômico. A vida familiar dos escravos durante o período em que uma nova região estava se desenvolvendo diferiu grandemente daquela em áreas açucareiras estabelecidas ou "maduras". Quando a economia açucareira e posteriormente a cafeeira mudaram-se para o oeste paulista no final dos séculos dezoito e dezenove, a vida familiar escrava, ao menos inicialmente, não era provavelmente muito estável, se é que chegou a existir. Quando os fazendeiros compraram escravos africanos e mudaram-se para terras virgens, as famílias escravas não existiram ou foram separadas. Mas, à medida que essas áreas se desenvolveram e durante a vida de seus senhores, os escravos procuraram criar famílias, redes de parentesco e suas próprias instituições culturais. Com o tempo, as alforrias e os casamentos entre escravos e negros livres puderam contribuir para a formação de uma população negra livre.

Assim, à medida que o açúcar e posteriormente o café disseminaram-se por São Paulo, famílias escravas formaram-se, separaram-se e reconstruíram-se segundo o ritmo da fronteira em expansão. Os diferentes estágios desse ciclo, que correspondem a diferentes características da vida familiar escrava, podem também ser correlacionados com rebeliões escravas e com estratégias dos cativos para sobrevivência. Por exemplo, em estágios iniciais do ciclo, durante a conquista da fronteira, a resistência escrava inegavelmente assumiu formas diversas das de áreas estabelecidas. Rebeliões, portanto, devem ter ocorrido com mais frequência durante os estágios iniciais desse ciclo, quando era menos provável que os escravos, alienados de suas origens e famílias, vivessem em unidades familiares. O recurso ao paternalismo dos senhores, por outro lado, pode ter ocorrido mais frequentemente em estágios posteriores do ciclo econômico. A libertação de escravos, por exemplo, pode ter aumentado em certos pontos do ciclo de desenvolvimento econômico. Similarmente, a formação de instituições e laços de parentesco no seio da população escrava e negra livre ocorreria mais adiante no decorrer do ciclo econômico, uma vez que tais instituições e laços de parentesco dependiam da libertação gradual de escravos e da existência de famílias escravas estabelecidas.

Embora não tenha sido possível documentar plenamente a forma pela qual os níveis de desenvolvimento econômico afetaram a vida familiar escrava em Santana de Parnaíba, é provável que ela tenha assumido formas diversas em diferentes pontos do ciclo de expansão e declínio econômico característico da economia açucareira (e posteriormente cafeeira) em São Paulo. Estudos adicionais ajudar-nos-ão a melhor compreender de que maneira esses fatores econômicos e demográficos externos afetaram a vida dos escravos e até que ponto os cativos foram capazes de definir sua vida familiar independentemente de impedimentos externos.

## Referências Bibliográficas

- BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1971.
- BLASSINGAME, John. *The Slave Community: Plantation Life in the Antebellum South*. New York, Oxford University Press, 1979.
- COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difel, 1966.
- COSTA, Iraci del Nero da. Vila Rica: Nota sobre Casamentos de Escravos (1727-1826). *África*, 4: 105-109. São Paulo, Centro de Estudos Africanos da USP, 1981.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961.
- GENOVESE, Eugene. *Roll Jordan Roll*. New York, Pantheon, 1974.
- GRAHAM, Richard. Slave Families on a Rural Estate in Colonial Brazil. *Journal of Social History* 9: 382-402, 1976.
- GUTMAN, Herbert. *The Black Family in Slavery and Freedom*. New York, Pantheon, 1976.
- HIGMAN, Barry. The Slave Family and Household in the British West Indies, 1800-1834. *Journal of Interdisciplinary History* 6: 261-287, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Slave Population and Economy in Jamaica, 1807-1834*. Cambridge, Cambridge University Press, 1976.
- KULIKOFF, Allan. The Beginnings of the Afro-American Family in Maryland. In: *The American Family in Social-Historical Perspective*. 2nd Ed. Edited by Michael Gordon. New York, St. Martin's Press, 1978.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Être Esclave au Brésil XVI<sup>e</sup> -XIX<sup>e</sup> Siècles*. Paris, Hachette, 1979.
- METCALF, Alida C. *Families of Planters, Peasants, and Slaves: Strategies for Survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820*. Ph.D. dissertation, The University of Texas at Austin, 1983.
- MONTEIRO, John. *São Paulo in the Seventeenth Century: Economy and Society*. Ph.D. dissertation, The University of Chicago, 1985.
- PETRONE, Maria Theresa Schorer. *A Lavoura Canavieira em São Paulo: Expansão e Declínio (1765-1851)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.
- PETRONE, Pasquale. *Os Aldeamentos Paulistas e sua Função na Valorização da Região Paulistana: Estudo de Geografia Histórica*. Tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo, 1964.
- RABOTEAU, Albert J. *Slave Religion: The "Invisible Institution" in the Antebellum South*. New York, Oxford University Press, 1978.
- REIS DE QUEIROZ, Suely Robles. *Escravidão Negra em São Paulo: Um Estudo das Tensões Provocadas pelo Escravismo no Século XIX*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977.
- SLENES, Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Ph.D dissertation, Stanford University, 1975.
- STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Parnaíba*. São Paulo, Brasiliense, 1961.
- WETHERELL, Charles. Slave Kinship: A Case Study of the South Carolina Good Hope Plantation, 1835-1856. *Journal of Family History* 6: 294-308, 1981.
- WOOD, Peter. *Black Majority: Negroes in Colonial South Carolina*. New York, W.W. Norton, 1974.